

## MOCÃO

### **REFORMA UNIVERSITÁRIA**

A Sociedade Brasileira de Computação (SBC), reunida em Assembléia Geral, em Salvador, no dia 5 de agosto de 2004, manifesta sua esperança de que a reforma universitária planejada pelo Governo Federal respeite os princípios da diversidade, da autonomia e da garantia do financiamento das universidades públicas. A SBC vê com preocupação o ritmo acelerado com que estão ocorrendo as discussões sobre este tópico tão relevante, o qual certamente merece um maior tempo de reflexão dado o impacto que tal reforma causará não somente nas universidades mas na própria sociedade brasileira.

A SBC entende que o Brasil não pode procurar modelos únicos de estruturas institucional e curricular para as universidades. No interesse do País, a diversidade curricular deve respeitar objetivos distintos para os cursos de graduação, desde o atendimento de necessidades profissionais imediatas até perfis mais relacionados com uma formação de longo prazo e com a pesquisa. A diversidade institucional deve respeitar vocações e necessidades locais. Em consonância com a diversidade institucional, deve haver uma diversidade de modelos de financiamento, requisitos para funcionamento e critérios adequados de avaliação, privilegiando a qualidade.

Para cumprir sua missão com competência, as universidades devem gozar de plena autonomia acadêmica e de gestão, e devem estar submetidas apenas a diretrizes gerais de organização do ensino superior estabelecidas pela legislação. Esta autonomia, no entanto, deve estar subordinada ao cumprimento de metas relacionadas aos objetivos e perfil de cada instituição. O governo federal e os governos estaduais devem garantir o financiamento das universidades públicas, de forma adequada aos diversos perfis institucionais e curriculares.

A SBC enfatiza que o ensino superior não pode ser encarado como solução de problemas do ensino nos níveis fundamental e médio, embora não possa se omitir como ator importante na identificação destes problemas e na proposição de soluções. Em respeito à autonomia didática e de gestão, deve ser dada a cada universidade a liberdade de propor suas formas de contribuição.